



8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EXERCÍCIO: 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Tendo em consideração as regras gerais definidas para esta peça no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro, as notas ao balanço e à demonstração de resultados que se apresentam, apenas se referem a situações em que existe informação que justifique a sua divulgação, encontrando-se ordenadas de acordo com as mesmas regras.

8.2.2 – Contas do Balanço e da Demonstração de Resultados não comparáveis com o exercício anterior

O saldo da conta “Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa” não é comparável com o saldo do ano anterior. Foram reconhecidas contabilisticamente dívidas de taxas e juros de mora vencidos que se encontram em processo de cobrança coerciva, designadamente através de execuções fiscais, que ascendem a 10.607.516,08 euros, tendo sido reconhecida a respetiva provisão a 100%. Este montante refere-se a 32 operadores económicos e a 96 processos de execução fiscal.

Na sequência da atualização do inventário do ativo imobilizado foram efetuadas várias correções ao montante global que constava do balanço do IVV, IP:

- 4222 – Outras construções - não refletia o abate de alguns bens já ocorrido em anos anteriores, tendo-se procedido a uma correção de 46.090,74 euros.
- 423 - Equipamento Básico – não refletia o abate de alguns bens já ocorrido em anos anteriores, tendo-se procedido a uma correção de 833.709,41 euros, sendo:
 - 4231 – Maquinaria vinária e material de armazém: 830.450,73 euros;
 - 4233 – Máquinas de oficina: 3.214,18 euros;
 - 4235 – Material diverso: 44,50 euros
- 425 – Ferramentas e utensílios - não refletia o abate de alguns bens já ocorrido em anos anteriores, tendo-se procedido a uma correção de 23.135,86 euros.



- 426 – Equipamento Administrativo - não refletia o abate de alguns bens já ocorrido em anos anteriores, tendo-se procedido a uma correção de:
 - 426011 – Hardware: 2.626.131,36 euros;
 - 426012 – Software: 1.179.970,97 euros;
 - 426021 – Mobiliário de escritório: 231.836,10 euros;
 - 426022 – Máquinas de escritório: 169.886,28 euros;
 - 426024 – Material de escritório: 27.764,39 euros;
 - 42625 – Material diverso: 241.024,46 euros;
 - 426026 – Equipamento de escritório: 95.919,08 euros;
 - 426032 – Centro médio: 27.366,05 euros;
 - 426039 – Equipamentos diversos: 46.848,79 euros;
 - 426051 – Limpeza e higiene: 159.324,30 euros;
 - 426052 – Conforto: 9.649,72 euros;
 - 426053 – Utilização comum: 10.801,50 euros;
 - 426054 – Segurança: 1.972,55 euros;
 - 426061 – Equipamento de telecomunicações: 49.029,40 euros;

(Ver nota 8.2.32)

8.2.3 – Critérios de valorimetria

As imobilizações e as existências estão valorizadas de acordo com o princípio contabilístico do custo histórico.

As amortizações foram calculadas, de acordo com a Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

Quanto ao valor dos “Edifícios e outras Construções”, cumpre fazer as seguintes notas:

1. Todos os imóveis se encontram valorizados contabilisticamente de acordo com o princípio do custo histórico, considerando o custo de aquisição e/ou de produção;
2. A generalidade dos imóveis foi avaliada pela ex-Direcção-Geral do Património, nos anos 2004 e 2005, dando origem a sobrevalorizações patrimoniais bastante significativas, traduzindo-se em valores patrimoniais por um lado desajustados aos valores de mercado e, por outro lado, bastante superiores ao valor de aquisição;



3. No âmbito do Programa de Gestão do Património Imobiliário Público, a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) tem vindo, desde 2009 a proceder a novas reavaliações, designadamente para efeitos de alienação e oneração de imóveis tendo em consideração os valores atuais de mercado e de acordo com metodologias mais adequadas;
4. Neste sentido, atendendo ao princípio contabilístico da prudência e ainda ao disposto nos critérios de valorimetria do POCP relativamente às imobilizações: *“Como regra geral, os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respectivos critérios de valorização.”*, o IVV, IP não refletiu contabilisticamente os valores relativos às avaliações ocorridas, pelo que os ativos que constam do Balanço encontram-se valorizados ao custo de aquisição e/ou de produção;
5. Por outro lado, é necessário ter em consideração as decisões relativas à afetação do produto da alienação de imóveis (que terá como referência o valor apurado em avaliação promovida pela entidade competente do Ministério das Finanças), designadamente a percentagem que reverte para o serviço ou organismo proprietário, para se proceder a um enquadramento contabilístico adequado e que expresse efetivamente a imagem verdadeira, apropriada e fidedigna da posição da entidade contabilística.
6. Relativamente ao imóvel alienado em 2011 (Armazém de Pontével), cujo produto da venda reverteu em 50% para o IVV, I.P., foi reconhecida a mais-valia contabilística, no valor de 44.689 euros, com base no valor recebido pelo Instituto.

8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço – Amortizações



AMORTIZAÇÕES (Euro):

31 DE DEZEMBRO DE 2011

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas				
Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar				
Bens do património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
<i>Total das amortizações dos bens de domínio público</i>				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direitos				
<i>Total das amortizações de imobilizações incorpóreas</i>				
Investimentos em imóveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
<i>Total das amortizações de investimentos em imóveis</i>				
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	53.254,38		-10.656,96	42.597,42
Equipamento básico	32.732,58	1.313,51	-3.694,04	30.352,05
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios	903,78		-903,78	
Equipamento administrativo	3.681.510,00	61.278,35	-1.141.095,29	2.601.693,06
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas				
<i>Total das amortizações de imobilizações corpóreas</i>	<i>3.768.400,74</i>	<i>62.591,86</i>	<i>-1.156.350,07</i>	<i>2.674.642,53</i>
Investimentos financeiros:				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras				
Títulos da dívida pública				
Outros títulos				
Fundos				
<i>Total das amortizações de investimentos financeiros</i>				
<i>Total</i>	<i>3.768.400,74</i>	<i>62.591,86</i>	<i>-1.156.350,07</i>	<i>2.674.642,53</i>

8.2.23 – Dívidas de cobrança duvidosa

Do montante total de dívidas de “Clientes, Contribuintes e Utentes”, 10.760.457,75 euros são considerados de cobrança duvidosa, ou seja, aproximadamente 93%. Deste montante, 10.607.516,08 euros são referentes a dívidas de taxas e juros de mora vencidos, de 32 operadores económicos, que se encontram em processo de cobrança



coerciva através de execuções fiscais (corresponde a 96 processos de execução fiscal devidamente identificados), tendo sido a provisão efetuada pela totalidade da dívida.

O montante de provisões para cobranças duvidosas referentes a dívidas de outros devedores ascende a 447.100 euros, representando o que representa cerca de 40% desse universo.

8.2.31 – Movimentos relativos a provisões acumuladas

Código das Contas	Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	Provisões para cobranças duvidosas - Clientes	122.311,41	10.638.146,34	0,00	10.760.457,75
293	Provisões para cobranças duvidosas - Outros Dev.	447.099,59	0,00	0,00	447.099,59
292	Provisões para Riscos e Encargos	2.566.007,71	469.309,36		3.035.317,07
		3.135.418,71	11.107.455,70	0,00	14.242.874,41

8.2.32 – Movimentos ocorridos na classe 5 – “Fundo patrimonial”

O POCP dispõe que *“excepcionalmente, esta conta poderá registar regularizações não frequentes e de grande significado que devam afectar, positiva ou negativamente, os fundos próprios, e não o resultado do exercício”*.

Neste contexto, foram reconhecidos contabilisticamente nesta conta, a crédito os seguintes movimentos:

- Incorporação do resultado líquido positivo do exercício de 2010, no valor de 2.811.623,35 euros;
- Correção de valores de amortizações acumuladas de ativos que figuravam incorretamente contas de Imobilizações Corpóreas no Balanço (ver nota 8.2.2 e 8.2.7), no montante global de 1.156.350,07 euros, correspondendo a regularizações que deveriam ter sido reconhecidas em exercícios anteriores e que não deverão ter reflexos no resultado do ano económico de 2011.

O movimento acumulado a débito, no valor de 10.421.796,84 euros é referente às seguintes operações:

- Entrega nos cofres do Estado de parte do saldo das gerências anteriores no montante de 4.641.335,88 euros, representando uma significativa diminuição as disponibilidades. Dado que este montante incluía saldos orçamentais positivos obtidos nos anos de 2009 e 2010, e existindo uma correspondência com a perspetiva económica ao nível dos Resultados nesses anos, entendeu-se que a



operação tem impacto ao nível dos Fundos Próprios não estando associada diretamente ao ano económico de 2011;

- Correção de valores em contas de Imobilizações Corpóreas (ver nota 8.2.2), por não serem reais e não serem suscetíveis de confirmação física e inventário, no montante global de 5.780.460,96 euros, correspondendo a regularizações que deveriam ter sido reconhecidas em exercícios anteriores e que não deverão ter reflexos no Resultado do ano económico de 2011.

8.2.33 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS 2011

(euros)

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências iniciais	330.040,67		331.511,14
Compras			
Regularizações de existências	--193,48		--269,72
Existências finais	-328.611,54		-330.040,67
<i>Custos no exercício</i>	<u>1.235,65</u>		<u>1.200,75</u>

8.2.37 – Demonstração dos resultados financeiros

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS DE 2011 (Euro):

Código das contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		Código das contas	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2011	2010			2011	2010
681	Juros suportados	92,48	2.229,53	781	Juros obtidos	136.642,01	167.983,39
682	Perdas em empresas filiais e associadas			782	Ganhos em empresas filiais e associadas		
683	Amortizações de investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis	59.908,88	114.541,60
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alien. aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	9.808,83	8.344,45	787	Ganhos na alien. de aplicações de		
	Resultados financeiros	186.649,58	271.951,01	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	<i>Total</i>	<u>196.550,89</u>	<u>282.524,99</u>		<i>Total</i>	<u>196.550,89</u>	<u>282.524,99</u>



8.2.38 – Demonstração dos resultados extraordinários

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS DE 2011 (Euro):

Código das contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		Código das contas	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2011	2010			2011	2010
691	Transferências de capital concedidas		2.000.000,00	791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	49,31	1,08	793	Ganhos em existências	74,37	
694	Perdas em imobilizações			794	Ganhos em imobilizações	26.311,00	2.702.754,50
695	Multas e penalidades			795	Benefícios de penalidades contratuais		
696	Aumentos de amortizações e de provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões		291.353,49
697	Correcções relativas a exercicios anteriores	8.923,60	146.094,22	797	Correcções relativas a exercicios anteriores	62.422,60	47.709,68
698	Outros custos e perdas extraordinários	1.192,65	1.868,59	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	3.687,60	51.735,74
	Resultados extraordinários	82.330,01	945.589,52				
	<i>Total</i>	<u>92.495,57</u>	<u>3.093.553,41</u>		<i>Total</i>	<u>92.495,57</u>	<u>3.093.553,41</u>

8.2.39 – Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

- A diferença que se verifica entre o saldo de disponibilidades refletido no Balanço e o saldo de disponibilidades que consta do Mapa de Fluxos de Caixa, corresponde ao saldo conjunto de fornecedores c/c, fornecedores de imobilizado c/c e estado e outros entes públicos, à data de 31 de Dezembro de 2011, inclui o valor de 226.080,74 euros, relativo a despesas pagas na íntegra no período complementar da gerência de 2011, que decorreu até ao dia 7 de Janeiro de 2011, de acordo com o n.º 1 do art. 13.º do Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 01 de março (decreto-lei de execução orçamental para 2011). De acordo com as normas em vigor, tais pagamentos relevam para efeitos da execução orçamental de 2011.
- A alienação de 1 imóvel do Instituto, efetuada, por imposições legais, através da ESTAMO – PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS, SA, foi reconhecida contabilisticamente no presente exercício, dado que o recebimento foi efetuado no ano de 2011. Contudo, a transferência do valor da venda efetuada para o IVV, I.P. tem como suporte legal a figura de Contrato de Promessa de Compra e Venda, implicando que a posse legal do imóvel mantém-se do IVV, I.P. no prazo estipulado no contrato (1 ano).

Edito Azenha
VICE-PRESIDENTE